



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**14 de maio**  
**de 2021**

# Astro anuncia retomada das discussões sobre o novo Plano Diretor de São Luís

## *O Informante*

A Câmara Municipal de São Luís oficializou o vereador Astro de Ogum, na sessão desta sexta-feira, 14, como novo presidente da Comissão de **Mobilidade Urbana**, Regulação Fundiária e Ocupação do Solo Urbano da Câmara de São Luís, para o biênio 2021-2022.

Logo depois de ser eleito, por unanimidade, Ogum anunciou que, a partir de agora, vai retomar as discussões sobre o Plano Diretor de São Luís.

"A nossa prioridade agora será trabalhar a mil por hora, se Deus quiser, para recomeçar o quanto antes o debate sobre a ocupação do solo urbano à luz do projeto do novo Plano Diretor desta cidade", disse o parlamentar.

Astro agradeceu o apoio dos colegas, especialmente do presidente Osmar Filho, que o indicaram para presidir a comissão. Compõem a comissão, ainda, os vereadores Aldir Júnior, Ribeiro Neto, Paulo Victor e Octávio Soeiro. O edil Chaguinhas é suplente.

Astro de Ogum disse que as pautas da comissão serão definidas logo e que já existe um consenso para que a agenda de trabalho tenha como foco principal o Plano Diretor, que, aliás, tem questões pendentes que se arrastam desde a legislatura passada.

**Site:** <https://oinformante.blog.br/notas/astro-anuncia-retomada-das-discussoes-sobre-o-novo-plano-diretor-de-sao-luis/>

# Astro anuncia retomada das discussões sobre o novo Plano Diretor de São Luís

## *O Informante*

A Câmara Municipal de São Luís oficializou o vereador Astro de Ogum, na sessão desta sexta-feira, 14, como novo presidente da Comissão de **Mobilidade Urbana**, Regulação Fundiária e Ocupação do Solo Urbano da Câmara de São Luís, para o biênio 2021-2022.

Logo depois de ser eleito, por unanimidade, Ogum anunciou que, a partir de agora, vai retomar as discussões sobre o Plano Diretor de São Luís.

"A nossa prioridade agora será trabalhar a mil por hora, se Deus quiser, para recomeçar o quanto antes o debate sobre a ocupação do solo urbano à luz do projeto do novo Plano Diretor desta cidade", disse o parlamentar.

Astro agradeceu o apoio dos colegas, especialmente do presidente Osmar Filho, que o indicaram para presidir a comissão. Compõem a comissão, ainda, os vereadores Aldir Júnior, Ribeiro Neto, Paulo Victor e Octávio Soeiro. O edil Chaguinhas é suplente.

Astro de Ogum disse que as pautas da comissão serão definidas logo e que já existe um consenso para que a agenda de trabalho tenha como foco principal o Plano Diretor, que, aliás, tem questões pendentes que se arrastam desde a legislatura passada.

**Site:** <https://oinformante.blog.br/notas/astro-anuncia-retomada-das-discussoes-sobre-o-novo-plano-diretor-de-sao-luis/>

# Governo Dino cancela participação da torcida na final do Campeonato Maranhense

Em reunião realizada nesta quinta-feira (13), no Palácio dos Leões, sobre a participação do público no Estádio Castelão, na final do Campeonato Maranhense 2021, o Governo do Maranhão optou por manter as restrições de público no estádio. As duas partidas da final serão transmitidas pela TV Mirante, em canal aberto, para todo o Maranhão.

O secretário de Esporte e Lazer, Rogério Cafeteira, explicou a decisão.

"As autoridades sanitárias estaduais já haviam elaborado todo o protocolo para a realização do evento teste que aconteceria no domingo, inclusive já havíamos tido reuniões com a PM, Corpo de Bombeiros e outros órgãos que participariam do evento. E, então, surgiu essa possibilidade ímpar, que foi a da transmissão ao vivo da partida pela TV Mirante, afiliada da Rede Globo, para todo o Maranhão", disse ele.

Sobre o acordo com a emissora, Rogério Cafeteira diz que a medida foi mais sensata. "Entendemos que diante dessa oportunidade seria mais interessante optarmos pela transmissão, já que alcançará um universo muito maior de torcedores em todo nosso estado", reforçou.

Participaram da reunião, representantes das Secretarias de Esportes e Lazer (Sedel), Saúde (SES), **Segurança Pública** (SSP), Governo (Segov), Polícia Militar (PM), Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), Vigilância Sanitária Estadual; e representantes dos clubes Sampaio Corrêa, Moto Clube e da Federação Maranhense de Futebol (FMF).

A partida entre Moto Clube e Sampaio Corrêa será exibida na TV Mirante, às 10h deste domingo (16), alcançando todo o estado e garantindo maior segurança sanitária aos torcedores. Os eventos testes seguem suspensos.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

**Site:**

**<http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/05/governo-dino-cancela-torcida-na-final-do-campeonato-maranhense/>**

# Covid-19: Flávio Dino anuncia medidas com vigência até o próximo dia 24

## **GILBERTO LIMA**

Durante entrevista coletiva, na manhã desta

sexta-feira (14), o governador Flávio Dino anunciou medidas para conter o avanço da

**covid-19**. A vigência é até o próximo dia 24 deste mês.

Confira as medidas:

### **TODO O ESTADO**

- Eventos com até 50 pessoas - já permitido
- Música ao vivo - a partir de 15 de maio
- Eventos com até 100 pessoas - a partir de 17 de maio
- Realização dos eventos - até 23h
- Administração pública estadual - 50% da capacidade
- Igrejas - 50% de capacidade

### **ILHA DE SÃO LUÍS**

#### **NOVA MEDIDA**

- Grupo de risco vacinado poderá retornar ao trabalho após 30 dias (exceto gestantes). Setores público e privado

#### **MEDIDAS VIGENTES ATÉ 24/05**

- Comércio e indústria

-

entre 9h e 21h

- Bar e restaurante

-

até 23h

- Supermercados

-

das 6h à 0h

- Supermercados, academias, salões, bares e restaurantes

-

50% de capacidade

### **VACINAÇÃO**

NOVOS PÚBLICOS PARA **VACINAÇÃO** (a partir de quarta-feira)

- Pessoas em situação de rua
- Trabalhadores de transporte rodoviário, ferroviário, aéreo, aquaviário e portuário

- Caminhoneiros

### **MAIS VACINAS**

- Entrega de **vacinas** D2 da Coronavac para 33 municípios até 17 de maio

### **VACINAS NA EDUCAÇÃO**

- 83 mil profissionais vacinados no **Maranhão**, o melhor desempenho proporcional do Brasil

### **APOIO À POPULAÇÃO**

- 2 mil bolsas de R\$ 250 para Agentes Jovens Ambientais

- Mais de 300 mil jantares a 1 real nos Restaurantes

Populares em um mês

- Distribuição diária de cestas básicas

## VALE GÁS

- Início dia 19 de maio
- 115 mil beneficiados

## AUXÍLIO COMBUSTÍVEL

- 7.500 beneficiados
- Valores de R\$ 60 a R\$ 300

**Site:** <https://www.gilbertolima.com.br/2021/05/covid-19-flavio-dino-anuncia-medidas.html>

# Astro de Ogum anuncia retomada das discussões sobre o novo Plano Diretor de São Luís

Na sessão plenária de terça-feira (11), o vereador Astro de Ogum (PCdoB), foi oficializado como novo presidente da Comissão de **Mobilidade Urbana**, Regulação Fundiária e Ocupação do Solo Urbano da Câmara de São Luís, para o biênio 2021-2022.

Eleito por votação unânime para presidir a Comissão, o decano no Parlamento Ludovicense anunciou que, a partir de agora, irá conduzir a retomada das discussões sobre o Plano Diretor da Cidade de São Luís.

"A nossa prioridade agora será trabalhar a mil por hora, se Deus quiser, para recomeçar o quanto antes o debate sobre a ocupação do solo urbano à luz do projeto do novo Plano Diretor desta cidade", declarou o parlamentar.

Ele fez questão de agradecer o apoio dos colegas, inclusive do presidente da Casa, Osmar Filho, que o indicaram para presidir a Comissão. Além de Astro de Ogum, agora compõem a Comissão de **Mobilidade Urbana** os vereadores Aldir Júnior, Paulo Víctor, Octávio Soeiro e Ribeiro Neto. O vereador Chaguinhas é o suplente da Comissão.

As pautas de reuniões da Comissão ainda não foram definidas mas, segundo o edil, já há um consenso para que a agenda de trabalho tenha como foco principal a discussão sobre questões pendentes do novo Plano Diretor, que vêm se arrastando desde a legislatura passada.

**Site:**

***<https://www.djalmarodrigues.com.br/2021/05/14/astro-de-ogum-anuncia-retomada-das-discussoes-sobre-o-novo-plano-diretor-de-sao-luis/>***

# Debate do Plano Diretor de São Luís será retomado

Na sessão plenária de terça-feira (11), o vereador Astro de Ogum (PCdoB), foi oficializado como novo presidente da Comissão de **Mobilidade Urbana**, Regulação Fundiária e Ocupação do Solo Urbano da Câmara de São Luís, para o biênio 2021-2022.

Eleito por votação unânime para presidir a Comissão, Astro de Ogum anunciou que, a partir de agora, irá conduzir a retomada das discussões sobre o novo Plano Diretor da Cidade de São Luís.

"A nossa prioridade agora será trabalhar a mil por hora, se Deus quiser, para recomeçar o quanto antes o debate sobre a ocupação do solo urbano à luz do projeto do novo Plano Diretor desta cidade", declarou Astro de Ogum.

Ele fez questão de agradecer o apoio dos colegas, inclusive do presidente da Casa, Osmar Filho, que o indicaram para presidir a Comissão.

Além de Astro de Ogum, agora compõem a Comissão de **Mobilidade Urbana** os vereadores Aldir Júnior, Paulo Victor, Octávio Soeiro e Ribeiro Neto. O vereador Chaguinhas é o suplente da Comissão.

As pautas de reuniões da Comissão ainda não foram definidas mas, segundo Astro de Ogum, já há um consenso para que a agenda de trabalho tenha como foco principal a discussão sobre questões pendentes do novo Plano Diretor, que vêm se arrastando desde a legislatura passada.

**Site:** <https://www.blogdoantoniomartins.com/debate-do-plano-diretor-de-sao-luis-sera-retomado/>



# Astro de Ogum anuncia retomada das discussões sobre o novo Plano Diretor da Cidade de São Luís

Na sessão plenária de terça-feira (11), o vereador Astro de Ogum (PCdoB), foi oficializado como novo presidente da Comissão de **Mobilidade Urbana**, Regulação Fundiária e Ocupação do Solo Urbano da Câmara de São Luís, para o biênio 2021-2022.

Eleito por votação unânime para presidir a Comissão, Astro de Ogum anunciou que, a partir de agora, irá conduzir a retomada das discussões sobre o novo Plano Diretor da Cidade de São Luís.

"A nossa prioridade agora será trabalhar a mil por hora, se Deus quiser, para recomeçar o quanto antes o debate sobre a ocupação do solo urbano à luz do projeto do novo Plano Diretor desta cidade", declarou Astro de Ogum.

Ele fez questão de agradecer o apoio dos colegas, inclusive do presidente da Casa, Osmar Filho, que o indicaram para presidir a Comissão.

Além de Astro de Ogum, agora compõem a Comissão de **Mobilidade Urbana** os vereadores Aldir Júnior, Paulo Victor, Octávio Soeiro e Ribeiro Neto. O vereador Chaguinhas é o suplente da Comissão.

As pautas de reuniões da Comissão ainda não foram definidas mas, segundo Astro de Ogum, já há um consenso para que a agenda de trabalho tenha como foco principal a discussão sobre questões pendentes do novo Plano Diretor, que vêm se arrastando desde a legislatura passada.

**Site:** <https://omaranhense.com/astro-de-ogum-anuncia-retomada-das-discussoes-sobre-o-novo-plano-diretor-da-cidade-de-sao-luis/>

# ARAME - MPMA executa TAC para efetivar municipalização do trânsito

O **Ministério Público** do Maranhão ajuizou, nesta terça-feira, 11, uma **Ação Civil Pública**, com pedido de liminar, para obrigar o Município de Arame a executar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº01/2017, que trata da municipalização do trânsito.

O termo foi firmado em 14 de dezembro de 2017 e obrigava o Município de Arame a adotar, no prazo de um ano, diversas medidas nas áreas de engenharia de trânsito, fiscalização e educação para o trânsito.

Entre as providências previstas estavam a definição de políticas de estacionamento, carga e descarga, segurança de trânsito e de circulação e estacionamento de veículos de tração animal.

Também deveria ser realizado concurso público para o cargo de agente municipal de trânsito, além da regulamentação e fiscalização da circulação de taxistas, mototaxistas e de transporte alternativo coletivo de passageiros.

A Prefeitura de Arame se comprometeu, na assinatura do TAC, a organizar a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jari) e a implantar medidas previstas na Política Nacional de Trânsito e no Programa Nacional de Trânsito, bem como realizar campanhas educativas para incentivar o uso de capacetes por condutores de motocicletas.

Segundo o promotor de Felipe Augusto Rotondo, que responde pela Promotoria de Arame, após a assinatura do TAC, o **Ministério Público** encaminhou diversos ofícios à Prefeitura de Arame, tanto na gestão passada como na atual, cobrando o cumprimento do acordo.

**NOVA GESTÃO** No início da nova gestão, foi enviado um ofício ao novo procurador-geral do Município, Francisco de Carvalho Silva, em 15 de janeiro de 2021, contendo a cópia do referido TAC para conhecimento, bem como para que fosse informado como a atual administração pretende cumprir as cláusulas, a fim de evitar o ajuizamento de ação executiva.

Em resposta, a Procuradoria do Município informou que, quanto ao TAC nº 01/2017, assinado pela ex-gestora, o referido documento seria analisado, levando em conta as condições financeiras do município no

tocante à municipalização do trânsito, solicitando um prazo razoável até que fosse feito um planejamento a respeito.

Dessa forma, o **Ministério Público** expediu outro ofício à Procuradoria do Município requerendo a apresentação de cronograma para o cumprimento do referido TAC, considerando que já se passaram mais de três anos da sua celebração. O documento foi recebido pelo destinatário, através do aplicativo WhatsApp, em 15 de março de 2021.

Até o momento o Município de Arame não deu qualquer resposta, o que motivou o ajuizamento da ação executiva. "Como visto, foi concedido o prazo improrrogável de um ano para o cumprimento das obrigações constantes na cláusula 2ª do instrumento.

Entretanto, transcorridos mais de três anos, o executado não cumpriu o TAC, razão pela qual é necessária a presente execução", narra o **promotor de justiça** na ação.

**MULTA** Além de cobrar o cumprimento do TAC, o **Ministério Público** requereu na Justiça a aplicação de multa ao Município de Arame no valor de R\$ 879 mil.

Conforme o acordo, em caso de descumprimento estava prevista a cobrança de multa diária no valor R\$ 1 mil. "Desse modo, considerando que foi concedido o prazo 1 (um) ano, a partir da assinatura do TAC (14/12/2017), tal prazo expirou dia 14/12/2018, ou seja, desde então começa a incidência da multa diária, totalizando 879 dias de mora no cumprimento, havendo uma multa de R\$ 879 mil", observa o membro do **Ministério Público**.

**Site:**

<https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/282/20210514.pdf>

# ARAME - MPMA executa TAC para efetivar municipalização do trânsito

O **Ministério Público** do Maranhão ajuizou, nesta terça-feira, 11, uma **Ação Civil Pública**, com pedido de liminar, para obrigar o Município de Arame a executar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº01/2017, que trata da municipalização do trânsito.

O termo foi firmado em 14 de dezembro de 2017 e obrigava o Município de Arame a adotar, no prazo de um ano, diversas medidas nas áreas de engenharia de trânsito, fiscalização e educação para o trânsito.

Entre as providências previstas estavam a definição de políticas de estacionamento, carga e descarga, segurança de trânsito e de circulação e estacionamento de veículos de tração animal.

Também deveria ser realizado concurso público para o cargo de agente municipal de trânsito, além da regulamentação e fiscalização da circulação de taxistas, mototaxistas e de transporte alternativo coletivo de passageiros.

A Prefeitura de Arame se comprometeu, na assinatura do TAC, a organizar a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jari) e a implantar medidas previstas na Política Nacional de Trânsito e no Programa Nacional de Trânsito, bem como realizar campanhas educativas para incentivar o uso de capacetes por condutores de motocicletas.

Segundo o promotor de Felipe Augusto Rotondo, que responde pela Promotoria de Arame, após a assinatura do TAC, o **Ministério Público** encaminhou diversos ofícios à Prefeitura de Arame, tanto na gestão passada como na atual, cobrando o cumprimento do acordo.

**NOVA GESTÃO** No início da nova gestão, foi enviado um ofício ao novo procurador-geral do Município, Francisco de Carvalho Silva, em 15 de janeiro de 2021, contendo a cópia do referido TAC para conhecimento, bem como para que fosse informado como a atual administração pretende cumprir as cláusulas, a fim de evitar o ajuizamento de ação executiva.

Em resposta, a Procuradoria do Município informou que, quanto ao TAC nº 01/2017, assinado pela ex-gestora, o referido documento seria analisado, levando em conta as condições financeiras do município no

tocante à municipalização do trânsito, solicitando um prazo razoável até que fosse feito um planejamento a respeito.

Dessa forma, o **Ministério Público** expediu outro ofício à Procuradoria do Município requerendo a apresentação de cronograma para o cumprimento do referido TAC, considerando que já se passaram mais de três anos da sua celebração. O documento foi recebido pelo destinatário, através do aplicativo WhatsApp, em 15 de março de 2021.

Até o momento o Município de Arame não deu qualquer resposta, o que motivou o ajuizamento da ação executiva. "Como visto, foi concedido o prazo improrrogável de um ano para o cumprimento das obrigações constantes na cláusula 2ª do instrumento.

Entretanto, transcorridos mais de três anos, o executado não cumpriu o TAC, razão pela qual é necessária a presente execução", narra o **promotor de justiça** na ação.

**MULTA** Além de cobrar o cumprimento do TAC, o **Ministério Público** requereu na Justiça a aplicação de multa ao Município de Arame no valor de R\$ 879 mil.

Conforme o acordo, em caso de descumprimento estava prevista a cobrança de multa diária no valor R\$ 1 mil. "Desse modo, considerando que foi concedido o prazo 1 (um) ano, a partir da assinatura do TAC (14/12/2017), tal prazo expirou dia 14/12/2018, ou seja, desde então começa a incidência da multa diária, totalizando 879 dias de mora no cumprimento, havendo uma multa de R\$ 879 mil", observa o membro do **Ministério Público**.

**Site:**

<https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/282/20210514.pdf>

# POLÍCIA CIVIL APRESENTA DADOS DE REDUÇÃO DE 100% DE EVENTOS COM USO DE EXPLOSIVO EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2021.

*Redação Grajaú de Fato*

O Portal em movimento

O Portal em movimento

O Portal em movimento

O Portal em movimento

Os crimes de furto qualificado e roubo com uso de explosivos no estado do Maranhão caíram a zero nos primeiros quatro meses deste ano. É a maior redução desde o início das ocorrências com explosões em agências bancárias no estado em 2016, concluiu a Polícia Civil do Maranhão.

Os dados são do Departamento de Combate ao Roubo de Instituições Financeiras(DECRIFF), da Superintendência Estadual de Investigações Criminais( SEIC) que tem como base o contínuo aprendizado do modus operandi dos criminosos, consolidado com o passar dos anos e com a evolução das técnicas investigativas, integração de bancos de dados, uso de ferramentas tecnológicas e cooperação entre as polícias judiciárias de todo o país.

Outro fator que merece destaque é a interação com todos os atores envolvidos: instituições financeiras, com seus respectivos setores de segurança e demais funcionários, empresas de segurança privada e transporte de valores, polícias estaduais e federal, comunicação célere com o **Ministério Público** e Judiciário.

Fonte: PC/MA

O Portal em Movimento, no ar desde 21 de abril de 2008.

© 2008 - 2021 Grajaú de Fato - Todos os direitos

reservados.

**Site: <https://grajaundefato.com.br/maranhao/seguranca-publica/policia-civil/policia-civil-apresenta-dados-de-reducao-de-100-de-eventos-com-uso-de-explosivo-em-agencias-bancarias-no-primeiro-quadrimestre-de-2021/>**

# Câmara conclui votação de projeto que flexibiliza licenciamento ambiental; texto segue para o Senado

A Câmara dos Deputados concluiu, nesta quinta-feira (13), a votação do projeto que flexibiliza as regras de **licenciamento ambiental**. Sob muitas críticas da oposição e de especialistas, o texto agora segue para o Senado. Deputado Neri Geller, PP-MT / Deputado Rodrigo Agostinho, PSB-SP / Malu Ribeiro, diretora da SOS Mata Atlântica / Carlos Minc, ex-ministro do Meio Ambiente

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/05/14/TVGLOBONACIONAL-01.31.04-01.34.39-1620968493.mp4>**

# Legislação ambiental - Juristas discutem política de resíduos sólidos e estímulos legais na segunda escuta pública

A comissão de juristas instituída pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), realizou, na tarde desta quinta-feira (13), a segunda escuta pública para a elaboração de propostas visando à revisão do Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão. Com o tema "Política Estadual de Resíduos Sólidos e Estímulos Legais", a reunião online foi transmitida, ao vivo, pelo canal da TV Assembleia, no YouTube (TV Assembleia MA).

O presidente da Comissão, **promotor de Justiça** Fernando Barreto, abriu os trabalhos falando sobre a escuta pública. "Esta é uma comissão de estudos que visa construir modelos e sugestões a serem oferecidos para um futuro processo legislativo. Entretanto, entendemos que os estudos serão enriquecidos com a colaboração de diversos setores da sociedade".

Em seguida, o advogado Sálvio Dino Jr., relator da Comissão, pontuou o principal desafio para atualizar o Código de Proteção Estadual do Meio Ambiente, que já existe há 29 anos. "É um trabalho hercúleo porque muitos anos se passaram e, agora, nós temos a incumbência, dada pelo presidente Othelino Neto, de buscar uma modernização com vistas a uma maior proteção e compatibilidade ao código, levando-se em conta os desafios do mundo contemporâneo", enfatizou.

A mediadora da reunião, advogada Isabella Pearce, destacou o objetivo da escuta pública. "Estamos ouvindo interessados em resíduos sólidos e outros temas que podem ser promovidos por meio de estímulos legais, uma forma de fomentarmos melhores práticas ambientais e tecnológicas", disse.

A comissão, formada por 13 membros, entre eles representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; do **Ministério Público**, OAB/MA e sociedade civil, ouviu também especialistas da área ambiental.

O engenheiro ambiental Francesco Serrato discorreu, entre outros pontos, sobre resíduos sólidos. Ele sugeriu a criação de metas para a coleta seletiva. "O empreendedor contrata uma empresa para se livrar

dos resíduos ao menor custo. Então, o que falta para avançarmos no estado? É criar metas de coleta seletiva em nível estadual, que devem ser cumpridas pelos municípios. As empresas que não atingirem deverão ser multadas".

## Sugestões

IPTU Verde, Estacionamento Verde e Energia Solar foram outros subtemas abordados na discussão .

A comissão terá um prazo de 180 dias, quando serão realizadas cinco escutas públicas para a elaboração da minuta de um anteprojeto de lei e atualização da legislação ambiental que, no Maranhão, é regulamentada pela Lei Estadual 5.405/92, a qual, desde então, não sofreu atualização. Após concluído, o estudo será entregue à Assembleia Legislativa para análise do Parlamento.

**Site:** <http://diegoemir.com/2021/05/legislacao-ambiental-juristas-discutem-politica-de-residuos-solidos-e-estimulos-legais-na-segunda-escuta-publica/>

# GOVERNO DO ESTADO E MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA FIRMAM TAC COM MINISTÉRIO PÚBLICO PARA OBRAS DO REASSENTAMENTO DA COMUNIDADE DO PEQUIÁ DE BAIXO (Notícias)

*Carlos Cristiano*

O **Ministério Público** do Maranhão firmou Termo de Ajustamento de Conduta com o Governo do Estado para garantir obras no Reassentamento Pequiá da Conquista, originado da comunidade Pequiá de Baixo. O documento foi assinado na manhã da última quinta, 13, em evento realizado nas obras do assentamento, que deve ser concluído em junho de 2022.

Do **MPMA** assinaram o documento a titular da 3ª Promotoria de Justiça, Sandra Fagundes Garcia, e a promotora de justiça Letícia Teresa Sales Freire, que já foi titular da pasta.

Também subscreveram o secretário de Estado dos **Direitos Humanos** e Participação Popular, Francisco Gonçalves da Conceição; o secretário de Estado de Governo do Maranhão (Segov), Diego Galdino de Araújo; e a presidente da Associação dos Moradores do Pequiá de Baixo, Francisca Sousa Silva.

O TAC com o Município já havia sido assinado e tem a finalidade de garantir o funcionamento e manutenção das obras.

A multa em caso de descumprimento é de R\$1 mil por dia tanto para o Governo do Estado quanto para o Município. Assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta com o Município os representantes do **Ministério Público**, do Assentamento e o prefeito de Açailândia, Aluísio Silva Sousa.

O Termo estabelece que o Governo do Estado construa escola e creche no valor orçado em R\$ 1, 3 milhão; uma praça com quadra esportiva, no valor de R\$1,2 milhão; uma Unidade Básica de Saúde orçada em R\$ 1,2 milhão e um mercado no valor de R\$ 300

mil. O Município fica obrigado a manter o funcionamento e conservação das instalações comunitárias.

"Esta é uma construção de um sonho. É uma conquista que vem sendo pleiteada por organizações internacionais, tendo sido levada inclusive ao Papa. Nós estamos ativamente lutando para que possamos inaugurar não só os equipamentos sociais, mas para levar uma vida digna a todos os envolvidos", ressaltou a promotora de justiça Letícia Teresa Sales Freire, que esteve à frente das tratativas do Termo de Ajustamento de Conduta para o Reassentamento Pequiá da Conquista.

A promotora de justiça Sandra Fagundes relatou que esteve à frente das negociações para a assinatura do TAC com o Governo do Estado na última fase. A representante do **Ministério Público** lembrou a história de luta da comunidade a fim de conquistar uma moradia digna. No evento, comprometeu-se a acompanhar e fiscalizar todo o processo de construção das obras prometidas pelo Estado e anunciou a participação do Município de Açailândia que também assinou documento para a manutenção dos serviços.

## REASSENTAMENTO

Cerca de 1.100 pessoas vivem na Comunidade Pequiá de Baixo, no município de Açailândia. Os impactos da indústria de mineração e siderurgia desde a década de 70 chamaram a atenção de organismos internacionais como a ONU. As empresas descarregam e transportam diariamente minério de ferro e lingotes de ferro-gusa, o que, ao longo dos anos, traz para a população poluição do ar, da água, do solo, além de poluição sonora.

Desde então os moradores denunciam doenças respiratórias, oftalmológicas e dermatológicas, queimaduras graves e fatais. Atualmente as famílias aguardam a conclusão do Reassentamento em terreno de outra localidade, com 38 hectares e a construção de 312 casas.

Redação: Iane Carolina (CCOM MPMA)

Deixe sua contribuição ao portal Carlos Cristiano Noticias! Nosso PIX:

**Site:** <https://www.carloscristiano.com/2021/05/governo-do-estado-e-municipio-de.html>



# Legislação ambiental - Juristas discutem política de resíduos sólidos e estímulos legais em escuta pública

**Reginaldo Rodrigues**

A comissão de juristas instituída pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), realizou, na tarde desta quinta-feira (13), a segunda escuta pública para a elaboração de propostas visando à revisão do Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão. Com o tema "Política Estadual de Resíduos Sólidos e Estímulos Legais", a reunião online foi transmitida, ao vivo, pelo canal da TV Assembleia, no YouTube (TV Assembleia MA).

O presidente da Comissão, **promotor de Justiça** Fernando Barreto, abriu os trabalhos falando sobre a escuta pública. "Esta é uma comissão de estudos que visa construir modelos e sugestões a serem oferecidos para um futuro processo legislativo. Entretanto, entendemos que os estudos serão enriquecidos com a colaboração de diversos setores da sociedade".

Em seguida, o advogado Sálvio Dino Jr., relator da Comissão, pontuou o principal desafio para atualizar o Código de Proteção Estadual do Meio Ambiente, que já existe há 29 anos. "É um trabalho hercúleo porque muitos anos se passaram e, agora, nós temos a incumbência, dada pelo presidente Othelino Neto, de buscar uma modernização com vistas a uma maior proteção e compatibilidade ao código, levando-se em conta os desafios do mundo contemporâneo", enfatizou.

A mediadora da reunião, advogada Isabella Pearce, destacou o objetivo da escuta pública. "Estamos ouvindo interessados em resíduos sólidos e outros temas que podem ser promovidos por meio de estímulos legais, uma forma de fomentarmos melhores práticas ambientais e tecnológicas", disse.

A comissão, formada por 13 membros, entre eles representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; do **Ministério Público**, OAB/MA e sociedade civil, ouviu também especialistas da área ambiental.

Sugestões

IPTU Verde, Estacionamento Verde e Energia Solar foram outros subtemas abordados na discussão .

O engenheiro ambiental Francesco Serrato discorreu, entre outros pontos, sobre resíduos sólidos. Ele sugeriu a criação de metas para a coleta seletiva. "Atualmente, o empreendedor contrata uma empresa para se livrar dos resíduos ao menor custo. Então, o que falta para avançarmos no estado? É criar metas de coleta seletiva em nível estadual, que devem ser cumpridas pelos municípios. As empresas que não atingirem deverão ser multadas.

A comissão terá um prazo de 180 dias, quando serão realizadas cinco escutas públicas para a elaboração da minuta de um anteprojeto de lei e atualização da legislação ambiental que, no Maranhão, é regulamentada pela Lei Estadual 5.405/92, a qual, desde então, não sofreu revisão. Após concluído, o estudo será entregue à Assembleia Legislativa para análise do Parlamento.

A terceira escuta pública está marcada para a próxima quinta-feira (20), às 16h30.

Informação : Assembleia Legislativa

**Site:**

<http://www.reginaldocazumba.com.br/2021/05/legislacao-ambiental-juristas-discutem.html>

# Redução de Carga Horária de profissionais de enfermagem é pura "politicagem" de alguns vereadores acusados pelo MP de improbidade administrativa.

Esse é o 2º Projeto de Lei apresentado na câmara de Açailândia que não possui nenhum fundamento, nenhuma previsão no orçamento municipal, e, que visa tão somente usar a fragilidade da população açailandense, em meio a uma crise de saúde e econômica sem precedentes. O prefeito Aluísio acertou em cheio ao vetar o PL de autoria da vereadora Bernadeth "Mariquinha" que previa a redução da jornada de trabalho dos profissionais de enfermagem.

O tal PL acertadamente recebeu

o veto do executivo e caso fosse sancionado pelo prefeito, aumentaria significativamente

as despesas com pessoal, pois a tal redução da carga horária dos profissionais

de enfermagem, para garantir o funcionamento da saúde municipal, o executivo

não teria outra saída que não fosse a contratação de mais profissionais da

área.

O PL retornou à câmara de

Açailândia, nesta semana para votação da derrubada ou não do veto do prefeito

Aluísio Sousa, mas foi retirado de pauta, pois a mesa diretora entendeu que o

projeto é inconstitucional, pois quando se trata de aumento de despesas, a

competência é exclusiva do Poder Executivo.

O que se vê claramente é um

grupo de vereadores, a exceção do vereador César Costa, se utilizando da

fragilidade do momento e querer mudar o foco de um processo de Improbidade

Administrativa, que pode a qualquer momento os afastar dos seus referidos

mandatos.

Os vereadores que em apenas 5

meses de mandato já respondem à processo de **Improbidade administrativa** e podem

ser cassados são: Bernadeth "Mariquinha", Marcelo "Doador", Xanddy "O

Cearazinho" e Adriano da Saúde.

Pandemia do Coronavírus

O Art. 65 da Lei Complementar

nº 101, de 04 de maio de 2000, diz que, a União, os Estados, o Distrito Federal

e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da

Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

I - conceder, a qualquer

título, vantagem, aumento, reajuste, ou adequação de remuneração a membros de

Poder, ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando

derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal

anterior a calamidade;

II - criar cargo, emprego ou  
função que implique em aumento de despesa;

III - alterar estrutura de  
carreira que implique aumento de despesa.

Enfim, acertou o prefeito

Alúcio em vetar o PL de autoria da Vereadora  
Bernadeth "Mariquinha" - e também

acertou a mesa diretora da câmara, através do seu  
presidente Feliberg Melo em

retirar de pauta na última sessão do legislativo  
municipal.

Simple assim!!!

**Site: <https://www.wiltonlima.com.br/2021/05/reducao-de-carga-horaria-de.html>**

# Ministério Público puxa a "CAPIVARA" de Paula da Pindoba Prefeita de Paço

O **Ministério Público** do Maranhão abriu dez Inquéritos para investigar a prefeita do município de Paço do Lumiar, Paula da Pindoba. Os atos foram publicados no diário eletrônico do MP-MA desta quarta-feira (12).

Autora das investigações, a promotora de justiça Gabriela Brandão da Costa Tavernard, titular da 1ª Promotoria de Justiça, sustenta que o MP detém atribuição na **defesa do patrimônio público** e da **probidade administrativa** com a devida competência para formular as apurações.

Abaixo o Blog do Domingos Costa relacionou - em ordem decrescente - as Portarias e os respectivos motivos dos procedimentos investigatórios contra a gestão Paula da Pindoba:

- Portaria nº 72021: Fiscalizar e acompanhar a execução e o cumprimento das metas do Programa de Vacinação da COVID-19, promovendo diligências, para posterior propositura de ação judicial;

- Portaria nº 82021: Apurar eventuais irregularidades na contratação de pessoal sem a prévia aprovação em concurso público pelo Município de Paço do Lumiar;

- Portaria nº 92021: Investigar eventual irregularidade no processo licitatório modalidade Pregão Presencial SRP nº 013/2019 (Processo Administrativo nº 015/2019) que resultou na contratação da empresa Comercial Rio Anil Eireli - EPP para fornecimento de água mineral;

- Portaria nº 102021: Apurar suposta irregularidade na contratação da Beneficência Hospitalar de Cesário Lange pelo Município de Paço do Lumiar;

- Portaria nº 112021: Investigar suposto uso indevido dos meios de comunicação e redes sociais oficiais do Município para promoção pessoal da prefeita Paula Azevedo;

- Portaria nº 122021: Apurar a regularidade ou não do processo de Dispensa de Licitação nº 10/2020 que resultou na contratação da empresa Tecnológica Prestadora de Serviços de Informática Ltda pelo Município de Paço do Lumiar para prestação de serviços de licenciamento de software;

- Portaria nº 152021: Apurar eventual irregularidade no pagamento e na composição da remuneração de servidores municipais, ausência de transparência da Prefeitura de Paço do Lumiar, posto que não publicada a folha de pagamento no seu Portal da Transparência e supostas ilegalidades no pagamento de gratificações pela Prefeitura de Paço do Lumiar;

- Portaria nº 162021: Investigar suposta existência de "servidores fantasmas" no âmbito da Prefeitura de Paço do Lumiar;

- Portaria nº 172021: Suposta irregularidade na contratação de servidores comissionados pela Prefeitura de Paço do Lumiar;

- Portaria nº 182021: Apurar eventual irregularidade na contratação de servidores no âmbito do SAAE do Município de Paço do Lumiar;

BLOG DO DOMINGOS COSTA

Site: <https://blogdominard.com.br/2021/05/ministerio-publico-puxa-a-capivara-de-paula-da-pindoba-prefeita-de-paco/>